

Segunda votação da emenda só depois da eleição

BRASILIA — Por falta de quórum, as votações em segundo turno da emenda que convoca a Constituinte e da reforma tributária de emergência estão adiadas para após as eleições de 15 de novembro. O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), e o Presidente do Senado, José Fragelli (MS), admitiram ontem a impossibilidade de mobilizar os parlamentares às vésperas do pleito municipal.

A data mais provável para o reinício do esforço concentrado para aprovação das duas matérias em segundo turno é 20 de novembro, devendo estender-se por um período estimado até o recesso de fim de ano, em 5 de dezembro. Mesmo assim, o Presidente do Senado e o Líder do PMDB vão reunir-se na terça-feira com as demais lideranças, para tentar ainda viabilizar as duas votações na primeira semana antes das eleições. Ambos, porém, reconhecem que será extremamente difícil.

Pimenta informou que Prefeitos e

Governadores irão colaborar na mobilização das bancadas para a aprovação das duas matérias no mesmo período, com prioridade para a emenda da Constituinte, para contrariar o Presidente da Frente Municipalista, o Vice-Governador de São Paulo, Orestes Quércia. Para ele, a aprovação da reforma tributária é prioridade absoluta.

As mudanças garantem recursos adicionais de Cr\$ 8,6 trilhões aos Estados e municípios, se considerados os dados do orçamento fiscal de 86. A reforma, de emergência, poderá ser ampliada pela Constituinte, segundo o relator da matéria, Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

Por pressão das bancadas do Norte e Nordeste, foi excluído do substitutivo de Irajá Rodrigues dispositivo que estabelecia a distribuição aos estados e municípios da parcela referente ao imposto sobre transportes, sendo dois terços na proporção da rede viária e um terço na produção da população.



O Deputado Nelson Marchezan (à esquerda) não resiste à "maratona". À seu lado, dorme Oly Fachin. Darcy Pozza acende o cigarro

Retificação

Por equívoco, O GLOBO publicou ontem na primeira página a informação, incorreta, de que entre os itens da reforma tributária de emergência, na véspera aprovada pelo Congresso, estava a criação de um imposto sobre a venda de veículos usados. Embora tenha sido aprovado o destaque para a proposta que criava esse imposto, a decisão final do plenário foi contrária a ele.

Ninguém no Palácio do Planalto falou ontem sobre a reação do Presidente Sarney diante da derrota da emenda Jorge Uequed (PMDB-RS), que foi a vitória do Governo no caso da anistia ampla aos militares, nem sobre o adiamento da votação da emenda da Constituinte. O Presidente chegou de Belém às 17h e não atendeu a imprensa.

Ainda falta votar quatro destaques

BRASILIA — Quando voltar a se reunir para votar a emenda de convocação da Constituinte, o Congresso terá que apreciar quatro pedidos de destaque e em seguida decidir a matéria em segundo turno. Na hipótese de o painel eletrônico da Câmara continuar com defeito, a sessão deverá estender-se para mais de seis horas.

O primeiro destaque a ser votado suprimiu o substitutivo Valmor Giavarina à emenda do Governo, a previsão de que os membros da Câmara e do Senado se reuniriam em Assembleia Nacional Constituinte sem prejuízo de suas atribuições constitucionais.

Em seguida, deverão ser apreciados dois pedidos de destaque relativos à anistia. O primeiro revoga a palavra "conexos" da parte que trata da anistia aos crimes políticos ou conexos, a fim de evitar que sejam beneficiados com anistia os responsáveis por atentados, por exemplo, como o do Riocentro. Revoga também a palavra "civis", para garantir a anistia aos militares punidos por outros diplomas legais que não os atos de exceção, institucionais ou complementares. O segundo requerimento revoga a existência, para a concessão de promoções, do respeito ao princípio da antiguidade.

O último destaque a ser submetido a votação refere-se à desincompatibilização: suprimindo a palavra "Estado", estabelecerá que também os Secretários municipais serão inelegíveis se não deixarem o cargo nove meses antes do pleito, seis meses se já titulares de mandato eletivo, ou ainda quatro meses quando candidatos a cargos municipais.

Pimenta mudará Vice-Líderes

BRASILIA — A desobediência do colégio de Vice-Líderes do PMDB na Câmara, no episódio da aprovação de requerimento de destaque para a emenda Jorge Uequed, que trata de anistia ampla e irrestrita aos militares cassados, vai custar caro aos 11 integrantes — entre os 22 — que não se enquadraram. Sem dizer explicitamente que vai destituí-los da condição de Vice-Líderes, o Líder Pimenta da Veiga anunciou ontem que vai tomar providências para tornar o colégio "mais harmônico".

— Acho que um grupo como o colégio de Vice-Líderes não comporta divergências mais profundas. Temos que analisar as providências cabíveis e é isso que vou examinar — disse Pimenta da Veiga ontem, quando já estava mais tranquilo, com a rejeição da emenda, cujo mérito fora votado de madrugada.

Foi uma madrugada trabalhosa para Pimenta. Com a solidariedade do Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, que na véspera votara favoravelmente ao destaque, o Líder do partido fez um veemente apelo ao Congresso — e particularmente à sua bancada — para rejeitar a emenda Uequed.

— Era a última possibilidade de conseguir manter praticamente intacto o texto do substitutivo Valmor Giavarina. Pimenta da Veiga, em sua fala, insistiu em que o momento é de transição e que o Congresso tem a responsabilidade de saber que é um centro de decisão política. Não se furtou a afirmar também, mais uma vez, que "a hora é grave".

— Encerrou com uma tirada dramática:

— Ou o partido encontra sua identidade, ou estaremos fracionando definitivamente essa agremiação política que tem a mais bela história entre todas as que o Brasil já conheceu.

Resultado dividiu o PMDB e seus Vice-Líderes

BRASILIA — A votação, na Câmara, da subemenda Jorge Uequed, que pretendia ampliar a anistia, dividiu o PMDB, que lhe atribuiu 93 votos a favor e 73 contra. O colégio de Vice-Líderes do partido rachou exatamente pela metade: 11 de seus integrantes a favor da proposta e 11 contra, além de duas abstenções. Duas outras agremiações também não votaram de forma monolítica: no PDS, houve 58 votos a favor e 24 contra, e no PFL, 17 a favor e 55 contra. Todos os demais partidos votaram em bloco, sem qualquer divergência.

Somente os Líderes do PMDB, do PFL e do PDS votaram pela rejeição

da subemenda Uequed. Em posição inversa estiveram os Líderes do PT, PTB, PDT, PSB, PCB, PC do B e PS, enquanto os Líderes do PDC e do PL estavam ausentes do plenário no momento da votação.

No PMDB, além da esquerda independente, as bancadas francamente favoráveis à emenda da anistia foram as de Pernambuco, Amazonas e Rio Grande do Sul. De São Paulo, houve 15 votos a favor e 13 contra. A bancada do PMDB em Pernambuco, uma das mais combativas, deu apenas dois votos contra a ampliação da anistia, enquanto a do Rio Grande do Sul apoiou por dez votos a dois a

emenda do gaúcho Uequed.

Muitos dos votos dos paulistas do PMDB contra a emenda Uequed deveriam-se às suas ligações com o Presidente do partido e da Câmara, Ulysses Guimarães, ou ao compromisso de Ulysses com a votação da reforma tributária. Entre os votos favoráveis à ampliação da anistia na bancada paulista, também considerada uma das mais aguerridas, estão os de integrantes do movimento Só Diretas e ex-petistas, como Aírton Soares e Bete Mendes.

A bancada mineira do PMDB acompanhou a posição do Líder Pimenta da Veiga (MG) por 14 votos a

sete. Entre os mineiros que rejeitaram a ampliação da anistia, dois já foram cassados: João Hercúlio e Milton Reis. O ex-cassado Roberto Cardoso Alves e Israel Dias Novais, de São Paulo, e Paulo Mincarone (RS), igualmente votaram contra a subemenda Uequed.

No PFL, a orientação da liderança foi menos contestada, o que levou o Líder José Lourenço (BA) a divulgar, no início da tarde de ontem, um levantamento dos votos por partido. Os votos do PFL pela aprovação da subemenda Uequed concentram-se nos estados do Rio de Janeiro — cinco —, Minas Gerais — quatro — e

São Paulo — quatro. Num exame dos votos do PDS, constatou-se que os malufistas foram favoráveis à subemenda Uequed e os ligados ao Ministro Antonio Carlos Magalhães seguiram a orientação da liderança.

Os votos dos demais partidos foram todos pela aprovação da proposta de ampliação da anistia: oito do PTB, cinco do PT, 17 do PDT, três do PCB, dois do PC do B, dois do PSB e um do PS.

De acordo com levantamento do PFL, 42 Deputados do PDS, 38 do PMDB e 33 do PFL estiveram ausentes da votação.

Ulysses: Anistia ampla seria uma ameaça à estabilidade do Governo

BRASILIA — O Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, advertiu ontem que, mais do que criar uma crise militar, a aprovação da anistia geral e irrestrita e outras mudanças profundas pretendidas por parlamentares na emenda da Constituinte representariam um abalo e uma ameaça à estabilidade política do Governo.

— A bem da verdade, pelas minhas conversas e negociações permanentes com os Ministros militares percebi que talvez nem se chegasse de fato a uma crise militar propriamente dita. Mas o Presidente Sarney perderia sua sustentação política e nós da Aliança Democrática seríamos os responsáveis e não ele — disse Ulysses, acrescentando que um Governo que sempre buscou o entendimento não poderia esperar do Congresso outra coisa senão o cumprimento dos acordos.

— O senhor se julga um vitorioso?

— Acho que me esforcei. Precisava sacudir o PMDB. O PMDB precisava entender que tínhamos de ficar com o Governo. O PMDB pode não ser Governo, mas o PMDB é parceiro do Governo. O PMDB fez Ministros, tem compromissos com o Governo.

— O que não se entende é por que o senhor votou a favor do destaque da anistia e depois votou contra o mérito.

— Votei o destaque para facilitar as negociações. Talvez nem me seja conveniente politicamente revelar isto, mas votei por pressão da bancada. Os companheiros vinham em cima de mim e, confesso, quando a Bete Mendes aproximou-se de mim, com os olhos mareados, prevaleceu o sentimento do Presidente do partido que a trouxe para suas fileiras.

— Então, porque o senhor não votou também favoravelmente ao mérito?

— Aí seria impossível. E o que digo, não podemos decidir apenas de acordo com as nossas conveniências. Não poderíamos romper os compromissos com o parceiro, o Governo.

— E o Presidente Sarney estava muito preocupado?

— Estava. Não era para menos. Estava em jogo a sua sustentação política no Congresso. Perder essa, repito, seria um desastre que recairia em cima daqueles que levaram Tancredo Neves e José Sarney ao poder. O Presidente, como chefe de Estado, político hábil e competente, estaria preservando, pois ofereceu todas as possibilidades de negociação. Não fez qualquer imposição. Seria o nosso fim, mas não o de Sarney.

— Quantas vezes o senhor falou com os Ministros militares?

— Não posso contar, pois foram tantos telefonemas e encontros que seria impossível enumerá-los. Como acordo cedo, ligava para eles antes do sol nascer. Falava mais com os Ministros da Marinha e do Exército,

uma vez que os maiores problemas estavam afetos às suas áreas.

— Qual o argumento dos Ministros? Falavam em crise militar ou apenas ficavam nas implicações de ordem administrativa?

— Há muitos países em que os Ministros militares não pertencem às Forças Armadas, são civis. Sabe que nas conversas com os Ministros militares do Governo Sarney em nenhum momento senti uma linguagem diferente da que ouço dos Ministros civis, quando negociamos? Não quero discriminar, e seria injustiça, os Ministros, mas o General Leônidas Pires Gonçalves prestou uma grande ajuda. Ele simboliza as Forças Armadas e os demais Ministros militares. O Coronel Carlos Pellegrino (assessor parlamentar do Ministério do Exército) teve também um papel fundamental.

— Quem dizer que não temiam uma crise política?

— Não gosto da expressão crise. Logicamente, segundo me disse um deles, haveria tensões dentro das Forças Armadas. Acredito que contornáveis, mas, podendo evitar, não há coisa melhor.

Ulysses revela que teve de se desdobrar muito nas últimas 72 horas para assegurar a vitória do Governo. Teve até mesmo de bloquear a viagem que um grupo de parlamentares faria à Síria.

— Isso deixou o senhor chateado?

— Chateado, não. Decepcionado, frustrado. Era o momento mais histórico da vida do Congresso. Todos deveriam estar orgulhosos de estar no Congresso, votando a Constituinte. Isso me dá uma certa tristeza, porque alguns não compreenderam o papel histórico que estavam desempenhando. Poderiam ficar até para votar contra alguns pontos. Mas era a realização da atividade parlamentar.

— A sua ideia de atribuir poderes legislativos a uma comissão para funcionar como Congresso ordinário parece que foi descartada, não?

— Ao contrário, vou lutar por ela. Temos um exemplo recente de hoje (ontem). Há mais de 72 horas que o Congresso está reunido e não conseguiu votar toda a pauta. As atividades normais da Câmara e do Senado estão paradas. Imagine quando a Constituinte estiver funcionando. Vou insistir para que o Congresso aprove essa emenda. Do contrário, teremos Constituinte fraca, Câmara e Senado esvaziados. A História mostra que esse vazio legislativo excita movimentos golpistas contra as instituições.

— Quem está contra essa comissão?

— Os senadores; influenciados por algumas teses. E há gente achando que pode ser eleito de novo Presidente da Câmara e tenta impedir essa comissão. Mas, em qualquer circunstância, o Presidente da Câmara será do PMDB.

De herói a vilão por causa de um 'não'

BRASILIA — A palavra "não", que ajudou a forjar uma das mais combativas carreiras oposicionistas, teve, na madrugada de ontem, o estranho poder de transformar em vilão o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães. Ao votar contra a ampliação da anistia a militares cassados, além de enfrentar a rara situação de ser vaiado mesmo que por uma galeria semi-deserta, o Deputado viu-se na insólita contingência de contrariar a maior parte dos seus antigos companheiros das campanhas contra o regime militar.

Mesmo antes de chegar ao plenário, Ulysses era o tema predileto das conversas e foco de expectativa no Congresso. Afinal, enfrentando recomendação do Presidente José Sarney, a exigência dos Ministros Militares e o voto do Líder da sua bancada, Deputado Pimenta da Veiga, na véspera dissera "sim" ao pedido de destaque para o projeto de anistia. Se repetisse o voto na discussão sobre o mérito, era a opinião unânime, dificilmente não haveria aprovação.

Assim praticamente todos os outros 357 Deputados em plenário aguardavam com ansiedade seu pronunciamento. Mas não se tratava de simples curiosidade: pela palavra do Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, sua bancada votaria de acordo com Ulysses. Essa advertência foi feita tanto na reunião da cúpula do PFL, pela manhã, como à tarde, no encontro do Conselho Político com o Presidente José Sarney.

Os embates de Ulysses, porém, começaram bem antes de entrar no plenário. Logo cedo, conversou com Sarney e os Ministros militares, em ocasiões diferentes, na busca de uma fórmula de mediação. O Presidente e os militares estavam irredutíveis: a anistia só seria absorvida na forma incluída no substitutivo Giavarina. Ulysses explicou que seu voto para o destaque fora justamente para ganhar tempo para negociação e garantiu que, na hora da apreciação do mérito, não só votaria contra como faria uma declaração.

Essa informação percorreu o Congresso como um rasto de pólvora. Imediatamente teve início um movimento, encabeçado, entre outros, pelo Deputado Aírton Soares, para tentar esvaziar o plenário e poupar Ulysses de um constrangimento:

— Entramos num corredor da morte. A câmara de gás está lá no fim. Esvaziar o plenário é uma espécie de clemência para sobrevivermos um pouco mais — dramatizava Aírton, chamando Ulysses de "O Jim Jones do PMDB". A ideia, no entanto, não prosperou, devido a um acordo firmado entre os Líderes do PMDB, Pimenta da Veiga, e do PDS, Prisco Viana.

Já era noite quando o Presidente do PMDB chegou à sua cadeira na primeira fila do plenário. Olhar distante e fisionomia mais sizada do que nunca. Parecia alheio às de-



Ulysses justifica o voto

Já era noite quando Ulysses chegou ao plenário, com olhar distante e fisionomia sizada como nunca

nas de conselhos e cumprimentos de parlamentares que logo o cercaram. Iniciada a votação, às 23 horas, suportou, impassível, a repetidos pronunciamentos que visavam provocá-lo ou mesmo constrangê-lo.

Nessa tarefa sem trégua, revezavam-se parlamentares do PT, PSB, PTB, PDT e PDS, deste, a maioria seguidora da liderança do Deputado Paulo Maluf. O candidato derrotado do PDS à Presidência da República, por sinal, também engrossava a campanha de pressão contra Ulysses:

— Será que o General Leônidas já telefonou para lhe dar as instruções? — repetia, com seu tradicional sorriso irônico no canto da boca.

A carga não ficou só com os adversários: o Primeiro Vice-Presidente do PMDB, Deputado Miguel Arraes, fez questão de revelar que votaria pela anistia ampla. Num dado momento, o Senador Fernando Henrique Cardoso tentou convencer Ulysses a deixar o plenário, argumentando que, pelo seu passado político e na condição de substituto do Presidente da República, não deveria ficar exposto a tal circunstância. O Deputado recusou.

Permaneceu prostrado na sua cadeira — "com uma expressão pati-

bular", segundo um funcionário da Mesa — até a uma hora da manhã, quando se lembrou de que deveria prevenir uma emissora de televisão sobre o provável atraso na entrevista que marcara para amanhã. Quando se levantava, o Deputado José Genoíno (PT) lhe fez um apelo para que integrasse a "revolução das consciências".

— Estou me convocando para uma revolução. Vou é embora — comentou baixo, em rara demonstração de bom humor.

Trancou-se no seu gabinete, com o Senador Fernando Henrique, durante 35 minutos e, ao regressar, deu de ombros quando lhe perguntaram se sua tarefa não era "pesada demais".

— Isso não é nada. O projeto não é sobre marujo? Então eu sou marinheiro velho — ponderou, mas essa exibição de tranquilidade não fez com que dispensasse três batidas na madeira antes de entrar de novo no plenário.

As 23h30m começava a votação da anistia, e 15 minutos depois Ulysses pediu a palavra. O Presidente da sessão, Senador José Fragelli, justificou essa intervenção explicando que o Presidente da Câmara fora "a pessoa mais invocada nos debates". Ouvido com respeito e em silêncio, em oito minutos o Deputado justificou seu voto. Explicou que, na véspera, fora liberado pelo Líder. Desta feita, seguiria a orientação da liderança.

Manifestou sua esperança de que a concessão de anistia passe a ser uma prerrogativa do Congresso, assim como de que o projeto em votação seja aperfeiçoado para se transformar em "instrumento de pacificação dos brasileiros". Houve gritos de "anistia já", aplausos e vaia, manifestações sem maiores entusiasmos. As 3h45m, Ulysses proclamava o 188º voto negativo, discretamente registrado em vídeo-cassete pelo PTB, que pretende usar a cena na campanha eleitoral de Jânio Quadros pela Prefeitura de São Paulo.

Quando a sessão foi suspensa, às 4 horas, o Presidente do PMDB tinha um ar abatido, olhos vermelhos e mal disfarçava bocejos. Ainda teve ânimo para procurar o Líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, para agradecer a presença da sua bancada na votação. Solicitou, analisou para os repórteres seu próprio comportamento:

— Acho que, na verdade, preservamos uma conquista, depois de longas e penosas negociações. Acredito que avançamos bastante e poderemos avançar ainda mais. Não penso que isso tenha desgastado o partido nem tenha repercussão eleitoral — argumentou.

— Mas o senhor acha que o seu voto foi coerente? — insistiram.

— A única incoerência é a do erro — concluiu.

LUIS ERLANGER

BIENAL — Classe "A"

Especial e sofisticada visita a São Paulo nos dias 8, 9 e 10 de novembro. Hospedagem no Hotel Moksoud Plaza com um drink e champagne de boas-vindas. 02 jantares em restaurantes de luxo, e entradas para a peça "CYRANO DE BERGERAC". Transporte em ônibus superluxe percorrendo a Costa Verde.

MDE Av. N. Sra. de Copacabana, 978 s/loja 201
Tel.: 255-1539
Reg. Entrador 02409.99.41.0

Juízes reclamam de exclusão da Comissão

BRASILIA — Dirigentes da Associação de Magistrados Brasileiros entregaram ontem ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, um documento em que se queixam de não ter representantes na Comissão de Estudos Constitucionais,

que vai preparar um trabalho com sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte.

Os Juízes argumentam que "no momento de elaboração de uma Constituição verdadeiramente democrática" eles

não podem ser esquecidos. Acrescentam que sempre coube aos Juízes "resguardar de modo efetivo os princípios fundamentais que devem vigor na Nação e fazer preponderar, sobre o arbítrio, a soberania da vontade popular".

D. Luciano: Congresso desconheceu as outras formas de participação

SÃO PAULO — "Um assunto tão vital para a sociedade brasileira não poderia ter sido tratado de modo tão sumário, desconhecendo a consistente expectativa de outras formas de participação pressentida na emenda do Deputado Flávio Bierrenbach", afirmou ontem o

Secretário-Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, ao comentar a votação da convocação da Assembleia Nacional Constituinte pelo Congresso. D. Luciano defendeu reiteradas vezes a Constituinte exclusiva.